



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO ACADÊMICO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO  
DO COLEGIADO PLENO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ata da primeira sessão ordinária do ano acadêmico de 2025 do Colegiado Pleno do Departamento de Economia e Relações Internacionais, realizada em 27 de março de 2025, às 14h, na sala 201 do bloco G do Centro Socioeconômico.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniu-se o Colegiado Pleno do Departamento de Economia e Relações Internacionais, com a presença dos seguintes membros: Arlei Luiz Fachinello, Armando de Melo Lisboa, Brena Paula Magno Fernandez, Camila Feix Vidal, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Cassiano Ricardo Dalberto, Daniel de Santana Vasconcelos, Daniel Ricardo Castelan, Eva Yamila Amanda da Silva Catela, Fábio Pádua dos Santos, Fernando Seabra, Francis Carlo Petterini Lourenço, Graciela de Conti Pagliari, Gueibi Peres Souza, Guilherme Valle Moura, Helberte João França Almeida, Helton Ricardo Ouriques, Jaylson Jair da Silveira, João Frois Caldeira, Juliana Lyra Viggiano Barroso, Lauro Francisco Mattei, Liana Bohn, Marcos Alves Valente, Marialice de Moraes, Mauricio Simiano Nunes, Mónica Salomón González, Nildo Domingos Ouriques, Pedro Luiz Paolino Chaim, Solange Regina Marin e Wagner Leal Arienti. Estiveram presentes os representantes discentes do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALE): Joana Lara Fernandes Feller, João Vitor Mello Porcher, Julia Coan Bez Bat, Leticia Schiavo Beckedorf, Pedro Coelho Rosso, Rafael Nicolo Serra Ferreira. Esteve presente o aluno Marcos Vinicius dos Santos, representante discente do Centro Acadêmico Livre de Relações Internacionais (CARI). Esteve presente Kalita Regina da Cruz, representante Técnico administrativo. Justificaram a ausência: Clarissa Franzoi Dri, Eraldo Sérgio Barbosa da Silva, Fred Leite Siqueira Campos, Marcelo Arend, Valdir Alvim da Silva. Dado o quórum suficiente, sob a presidência de Daniel de Santana Vasconcelos, deu-se início à sessão. Foi proposta a inclusão da aprovação da ata da reunião de 29 de novembro de 2024 na pauta do dia. A inclusão foi aprovada sem objeções. **Item 01. Aprovação da ata da reunião do colegiado pleno de 29 de novembro de 2024.** Sem manifestações dos membros presentes, o item foi colocado para votação, sendo aprovado por unanimidade. **Item 02. Anuência do Departamento de Economia e Relações Internacionais à alteração Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (Ad Referendum).** Prof. Daniel Vasconcelos relatou que antes eram ofertadas duas disciplinas de Economia para Ciências Contábeis, Teoria econômica e Mercado de Capitais. Na nova proposta será apenas uma disciplina com uma ementa mais abrangente. O prof. Guilherme Valle Moura perguntou se a mesma alteração ocorreu nas disciplinas ofertadas para administração, já que algumas vezes essas disciplinas eram ministradas em conjunto para Administração e Contábeis. O prof. Daniel Vasconcelos informou que a mudança das disciplinas da administração é diferente, mas mercado de capitais também não será mais ministrada. Sem demais manifestações dos

48 membros presentes, o item foi colocado para votação, sendo aprovado por unanimidade.

49 **Item 03. Anuência do Departamento de Economia e Relações Internacionais ao novo**  
50 **Projeto Pedagógico dos Cursos de Ciências Econômicas – Relator prof. Arlei Luiz Fachinello.**

51 O professor Arlei Fachinello apresentou a proposta de curricularização da extensão,  
52 prevendo a ampliação da carga horária de disciplinas de extensão de 72 para 90 horas-aula.  
53 Essa decisão já havia sido aprovada em diversas instâncias, mas a anuência dos  
54 Departamentos é necessária, pois há impacto na carga horária docente. Foram listadas  
55 algumas ideias de disciplinas de extensão propostas: Empreendedorismo Econômico e Social  
56 para Extensão, Mercado de Capitais para Extensão, Avaliação Econômica de Políticas  
57 Públicas para Extensão, Análise de Investimentos para Extensão e Análise Conjuntural para  
58 Extensão. O professor Arlei enfatizou a necessidade de considerar futuras contratações para  
59 atender à demanda. O professor Wagner enfatiza que sempre apoiou a extensão  
60 universitária, mas criticou a regulamentação imposta sem diretrizes claras. Ele destacou que  
61 o aumento de carga horária não implica presença contínua em sala de aula, podendo ser  
62 distribuída em encontros, visitas e atividades. O professor Arlei esclareceu que a extensão  
63 será estruturada como disciplina regular para assegurar participação e cumprimento da  
64 carga exigida. O professor Daniel Vasconcelos ressaltou que a implementação da  
65 curricularização da extensão ainda gera dúvidas, pois foi imposta sem planejamento prévio.  
66 Informou ainda sobre a criação da sala de extensão do CNM para essas atividades. Por fim,  
67 destacou-se que a atividade enfrenta desafios devido à limitação do quadro docente. Sem  
68 demais manifestações dos membros presentes, o item foi colocado para votação, sendo  
69 aprovado por unanimidade.

70 **Item 04. Solicitação de redistribuição para a Universidade de**  
71 **Brasília (UnB) de João Frois Caldeira – Relator prof. Pedro Luiz Paolino Chaim.** O professor  
72 Pedro prosseguiu com a leitura do parecer, sendo favorável à solicitação de redistribuição  
73 para a Universidade de Brasília (UnB) de João Frois Caldeira. O relato foi aprovado por  
74 unanimidade.

75 **Item 05. Proposta de contratação de docente aprovado em concurso vigente**  
76 **- Solicitação do CALE (Ofício n. 4/2025/CALE).** O prof. Daniel de Santana Vasconcelos  
77 informou que na reunião realizada em 29 de novembro de 2024, foi discutido o processo de  
78 remoção da professora Camila Feix Vidal. Ficou decidido que seria disponibilizado o primeiro  
79 código de vaga do CNM devido às aposentadorias previstas no Departamento. Com a  
80 aposentadoria oficializada do professor Luiz Carlos em 18 de fevereiro de 2025, o código de  
81 vaga correspondente tornou-se disponível. Em 21 de fevereiro de 2025, o Departamento  
82 consultou a PRODEGESP sobre o processo da professora Camila e, nesta semana, foi  
83 confirmada a utilização do código de vaga destinado à professora Camila, garantindo sua  
84 permanência na UFSC. Adicionalmente, foi informado que estão previstas mais duas  
85 aposentadorias: as dos professores Patricia Fonseca Ferreira Arienti e Roberto Meurer. Com  
86 a saída de ambos, dois novos códigos de vaga estarão disponíveis. Foi também destacado  
87 que há um concurso vigente até 9 de julho de 2025, com dois candidatos aprovados,  
88 realizado na mesma época da contratação dos professores Dominik Hartmann, Liana Bohn e  
89 Fábio Pádua dos Santos. A presidente do CALE, Joana Feller, destacou a preocupação dos  
90 estudantes com o esvaziamento do corpo docente do Departamento e o não cumprimento  
91 do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), situação que foi agravada pelas três aposentadorias  
92 ocorridas/previstas neste semestre. Diante desse cenário, o CALE propôs a votação para a  
93 contratação de professores efetivos, sugerindo, ainda, a convocação dos aprovados no  
94 concurso vigente, com o objetivo de reduzir custos e agilizar a reposição do quadro docente.  
Sobre a situação da professora Camila, o CALE esclareceu que nunca se opôs à sua  
permanência, mas ressaltou que a docente leciona na área de Relações Internacionais (RI),

95 enquanto o professor Luiz Carlos atuava em Economia. Assim, a redistribuição de vagas e  
96 recursos deve garantir um equilíbrio entre as áreas do Departamento. Joana argumentou  
97 que as disciplinas anteriormente ministradas pelo professor Luiz Carlos podem ser  
98 assumidas pelos aprovados no concurso vigente, assegurando a recomposição do quadro  
99 docente de forma adequada. O professor Daniel ressaltou que o professor Luiz Carlos era  
100 responsável, entre outras disciplinas, pela Microeconomia III, matéria que também foi  
101 ministrada anteriormente pelo professor Silvio, já aposentado. Atualmente, os únicos  
102 docentes responsáveis por essa disciplina são os professores Ronivaldo e Gilson, que,  
103 embora não sejam exclusivos para a matéria, são os únicos remanescentes disponíveis para  
104 a sua oferta regular. Esse fato evidencia a urgência na reposição de docentes, a fim de  
105 assegurar a continuidade do curso de forma regular. O professor Helberte solicitou  
106 esclarecimentos sobre a contratação de professores substitutos e a situação do professor  
107 Milton Biage. Ele mencionou que, no semestre passado e nesse, os alunos ficaram sem  
108 cobertura adequada na disciplina de Economia Matemática. O professor Daniel explicou que  
109 a nomeação de substitutos depende de cada caso específico e não é um processo imediato.  
110 Sobre o professor Milton Biage, o professor Daniel informou que em 10 de março o referido  
111 professor comunicou estar em licença médica. A substituta designada para a disciplina não  
112 pôde assumir as atividades. Como resultado, a disciplina optativa foi cancelada, e a disciplina  
113 de Economia Matemática foi assumida pelo próprio professor Daniel, com o auxílio de um  
114 estagiário docente proveniente do PPGEco. O professor Gueibi apresentou dúvidas em  
115 relação ao ponto levantado pela discente Joana sobre a capacidade do candidato aprovado  
116 no concurso vigente de corresponder à mesma área do professor aposentado Luiz. O  
117 professor Gueibi destacou que, caso o docente seja nomeado, existe a possibilidade de que  
118 ele não aceite ministrar determinados cursos, o que acarretaria um problema significativo  
119 para o Departamento. Ele enfatizou que a discussão sobre a área de atuação dos docentes é  
120 fundamental, ainda que, em algumas ocasiões, essa questão seja negligenciada. O professor  
121 Gueibi expressou sua opinião de que essa análise deve ser conduzida com maior rigor, para  
122 evitar complicações futuras. O professor Francis expressou apoio à demanda do CALE, mas  
123 compartilhou a preocupação levantada pelo professor Gueibi quanto à prioridade da área de  
124 Desenvolvimento na reposição de docentes. Ele destacou que a decisão deve levar em  
125 consideração a dinâmica do curso, as aposentadorias previstas e a estrutura do  
126 Departamento, e que ainda não está convencido de que essa área deva ser a prioridade  
127 neste momento. O professor Francis ressaltou que a distribuição das vagas deve ser  
128 otimizada dentro das restrições existentes, visando garantir a continuidade e o  
129 desenvolvimento do curso a longo prazo. Diante disso, ele sugeriu a criação de uma  
130 comissão ou outro mecanismo formal que permita documentar e justificar, de forma  
131 estruturada, a real necessidade da área antes de tomar a decisão final. O professor Daniel  
132 Castelan destacou a importância do momento, considerando que a disponibilidade de  
133 quatro vagas representa uma oportunidade crucial para solucionar problemas recorrentes  
134 no Departamento. O professor sugeriu a realização de um estudo sistemático dos últimos  
135 cinco anos, ou a adoção de outra metodologia que possibilite decisões mais assertivas e  
136 seguras. O professor Guilherme Valle Moura manifestou sua oposição à contratação de um  
137 novo docente por meio do concurso aberto, justificando sua posição. Primeiro, destacou que  
138 o concurso foi iniciado em 2019, em um contexto diferente, agravado pela pandemia, e já  
139 resultou na contratação de três professores. Guilherme enfatiza que até o momento o  
140 Departamento já contratou três professores a partir desse concurso, o que em termos de  
141 utilidade marginal sinaliza que já atendemos a essa necessidade. Embora o professor

142 reconheça a sobrecarga do Departamento, não considera que a admissão de um quarto  
143 professor desse concurso seja a melhor solução, especialmente diante da necessidade de  
144 reforço em áreas como Mercado de Capitais e Economia Monetária. Ele também apontou  
145 dificuldades na alocação de docentes para Microeconomia devido à aposentadoria de  
146 professores dessa área. Por isso, defendeu um estudo mais aprofundado para garantir um  
147 consenso claro antes de qualquer decisão, evitando decisões precipitadas e garantindo o  
148 melhor uso dos recursos humanos do Departamento. O professor Lauro fez uma  
149 retrospectiva sobre a história do Departamento, destacando decisões passadas relacionadas  
150 à contratação de docentes. Explicou que, entre 2008 e 2009, houve uma decisão no  
151 colegiado do Departamento que mantinha a prática de contratar todos os aprovados de um  
152 concurso vigente apresentava três argumentos principais: o conhecimento prévio dos  
153 candidatos, a agilidade na contratação e a economia, uma vez que a realização de um  
154 concurso é dispendiosa. Desde 2009 todos os concursos passaram a ser reaproveitados.  
155 Embora a questão da área tenha surgido recentemente, o professor Lauro ressaltou que ela  
156 não foi um critério determinante nas contratações anteriores. Ele enfatizou que o  
157 Departamento não pode adotar medidas contraditórias, alternando entre ignorar a questão  
158 da área e, em outros momentos, utilizá-la como critério impeditivo. Essa abordagem,  
159 segundo ele, poderia comprometer a regularidade do processo de concurso. O professor  
160 Nildo destacou que o Departamento precisa escolher entre retornar ao modelo anterior  
161 adotado em 2008-2009 ou manter o modelo que tem sido seguido até o momento. Caso  
162 optemos por continuar com o modelo atual, o professor Nildo considera ético chamar os  
163 dois candidatos já aprovados no concurso, pois essa tem sido a regra estabelecida até agora.  
164 A proposta do professor Nildo foi: quando há um concurso vigente, as vagas disponíveis  
165 devem ser preenchidas, sem exceções. Ele argumentou que respeitar o concurso vigente é  
166 essencial para a integridade do processo e para manter a impessoalidade, que é um princípio  
167 fundamental. Para futuros concursos, ele sugeriu que se estabeleçam critérios que se  
168 apliquem igualmente a todos, evitando incoerências. O professor Maurício argumentou que  
169 o colegiado é soberano para decidir se manteremos ou não as regras vigentes. Maurício  
170 defendeu que a realização de um estudo é essencial para o Departamento, dado que a  
171 Economia é uma área vasta, com muitas especializações. No entanto, ele expressou  
172 preocupação com a possibilidade de convocar os dois candidatos aprovados sem uma  
173 análise prévia. A discente Joana levantou a questão da alocação dos professores,  
174 questionando se todos estão lecionando nas áreas para as quais foram aprovados no  
175 concurso. Joana também destacou a urgência da situação, com a principal prioridade sendo  
176 garantir o preenchimento rápido das vagas para atender às necessidades dos estudantes. A  
177 professora Graciela argumentou que não há necessidade de manter regras estabelecidas há  
178 10 ou 12 anos, como se fossem imutáveis, pois as grades curriculares e os perfis dos  
179 professores e alunos também mudaram. Ela argumentou que a vida universitária e a  
180 dinâmica do Departamento exigem esse processo de revisão e adaptação. A reavaliação  
181 dessas questões é vista como essencial, não envolvendo dilemas éticos, mas sim a  
182 necessidade de compreender o que o Departamento realmente precisa. O professor Daniel  
183 Vasconcelos abordou a questão da correspondência entre a área de concurso e a área de  
184 atuação dos professores, destacando que, embora teoricamente válida, essa exigência não  
185 se aplica na prática do Departamento. Ele explicou que o Departamento não possui cátedras,  
186 mas sim disciplinas, e os professores atuam em várias delas, o que permite flexibilidade na  
187 alocação. Além disso, a estrutura do Departamento, que engloba três cursos de graduação e  
188 duas pós-graduações, torna a alocação docente mais desafiadora, uma vez que a alocação

189 da pós-graduação é menos flexível. Em relação à alegada escassez de professores em  
190 mercado de capitais, voltou a enfatizar que essa não é mais uma área com deficiência no  
191 CNM, principalmente após as reformas do CAD e do CCN que deixam de demandar a  
192 disciplina do CNM. Daniel destacou a escassez em áreas como Microeconomia, que enfrenta  
193 dificuldades não pela falta de professores, mas pela complexidade de atender aos cursos de  
194 graduação e pós-graduação simultaneamente, já que alguns docentes não podem oferecer  
195 turmas de graduação devido ao compromisso com a pós-graduação. Mesmo em  
196 desenvolvimento, que tantos alegavam ter excesso de docentes, faltou professor no  
197 semestre atual, sendo necessário alocar uma professora substituta, o que mostra que a  
198 correspondência entre área de entrada e área de atuação não existe. Enfatizou que tentar  
199 mapear as deficiências de docentes pela ótica da área do concurso de entrada não revela as  
200 reais deficiências do departamento, uma vez que elas aparecem efetivamente é no  
201 planejamento da oferta de cada semestre, isto é, no planejamento do PAAD. É na hora de  
202 alocar os docentes de acordo com as demandas do departamento, em face do PAAD, e dos  
203 PTIs dos docentes, que os principais problemas surgem. Em razão disso, concluiu ele, se se  
204 fizer uma comissão, a mesma deveria estudar as necessidades do departamento a partir dos  
205 planejamentos de oferta e as dificuldades enfrentadas em cada semestre, de 2019 em  
206 diante, quando entrou o novo currículo do curso, cujas demandas precisam ser  
207 integralmente atendidas. O professor Cassiano trouxe à discussão a questão da coerência no  
208 processo de contratação de docentes, questionando a não renovação do concurso de  
209 Economia Industrial. Ele apontou que, se uma vaga é uma vaga, ambos os concursos  
210 deveriam ter sido renovados igualmente, aproveitando as vagas disponíveis, o que  
211 configuraria uma incoerência. O professor Jaylson destacou a necessidade de uma  
212 abordagem dinâmica nas decisões de longo prazo, que terão repercussões significativas por  
213 25 a 30 anos. O professor também mencionou a falta de correspondência entre a área de  
214 concurso e a demanda de determinadas disciplinas, sugerindo a adoção de critérios mais  
215 flexíveis, como o histórico de demandas, para otimizar a alocação de professores. Para ele, o  
216 processo decisório deve envolver uma discussão coletiva, garantindo a consistência das  
217 decisões. Além disso, Jaylson afirmou que a escolha dos candidatos deve ser fundamentada  
218 em um debate bem-informado, utilizando critérios quantitativos e qualitativos. Ele destacou  
219 que não seria confortável tomar decisões sem o devido processo de discussão e a coleta das  
220 informações necessárias. O professor ressaltou que não há uma questão de hierarquia entre  
221 pós-graduação e graduação, mas mencionou que a mobilidade entre professores na pós-  
222 graduação é limitada, pois as disciplinas exigem especialização, que é adquirida com o  
223 tempo. Em relação à seleção de candidatos, ele alertou que o aspecto pedagógico não pode  
224 ser negligenciado. O professor Wagner ressaltou que, ao considerar as áreas de concurso, é  
225 crucial levar em conta tanto a flexibilidade quanto o histórico de cada candidato. Ele  
226 observou que algumas áreas, como desenvolvimento econômico, demandam uma  
227 especialização mais abrangente, enquanto outras exigem um foco mais específico. Sua  
228 proposta é que para algumas vagas o concurso deve abranger uma área mais ampla,  
229 enquanto para outras, deve ser mais direcionado, conforme as necessidades específicas do  
230 Departamento. O professor Guilherme Valle Moura expressou discordância em relação à  
231 alegada falta de ética mencionada em discussões anteriores, ressaltando que o concurso  
232 público e seus resultados são de domínio público, permitindo uma análise transparente e  
233 fundamentada dos perfis dos candidatos. Ele enfatizou que, como membros do colegiado,  
234 nossa responsabilidade é representar a Universidade e o CNM, tomando decisões adequadas  
235 para o curso, com foco nas suas necessidades e na melhor estruturação do Departamento.

236 Guilherme também observou que a mobilidade dos professores para diferentes disciplinas  
237 não é automática e deve ser cuidadosamente ponderada. O professor Lauro criticou a  
238 decisão de não chamar todos os candidatos do concurso vigente, considerando-a  
239 incoerente, especialmente diante da argumentação de excesso de professores em  
240 desenvolvimento, já que eles não ministram exclusivamente as disciplinas de sua área. Ele  
241 também mencionou a importância de considerar a temporalidade do concurso para a  
242 discussão, já que é válido só até 9 de julho de 2025. O professor Mauricio observou que o  
243 problema atual de professores fora de suas áreas de formação pode ser explicado tanto pelo  
244 desejo individual dos docentes quanto pela necessidade do Departamento. O professor  
245 expressou preocupação com a compatibilidade das áreas de atuação dos candidatos  
246 aprovados no concurso de Desenvolvimento econômico com as necessidades do curso de  
247 Economia. O professor Francis observou que a reunião poderia ter sido mais produtiva caso  
248 houvesse um relator ou uma comissão responsável por apresentar um documento prévio,  
249 uma vez que a principal preocupação dos presentes era a falta de informações mínimas  
250 necessárias para uma decisão embasada. O professor Nildo discordou da criação da  
251 comissão, argumentando que isso poderia comprometer a transparência do processo e a  
252 imparcialidade das decisões. Em seguida, o professor Daniel Vasconcelos ressaltou que,  
253 como chefe do Departamento, tem o dever de apresentar ao colegiado as demandas  
254 encaminhadas pelos membros. A aluna Leticia, representante do CALE, sugeriu submeter à  
255 votação do colegiado a criação de uma comissão para avaliar as necessidades do  
256 Departamento a partir da demanda nos planejamentos de cada semestre, como havia sido  
257 sugerido pelo Prof. Daniel Vasconcelos, fornecendo assim uma base mais sólida para a  
258 tomada de decisão. Sem outras manifestações, a proposta foi colocada em votação e  
259 aprovada pela maioria, com apenas dois votos contrários. Ficou estabelecido que a comissão  
260 terá o prazo de 30 dias para apresentar seus resultados. Nada mais havendo a tratar, o  
261 presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da qual, para constar, eu,  
262 Kalita Regina da Cruz, lavrei a presente ata. Florianópolis, 27 de março de 2025.

---

Kalita Regina da Cruz

*afastamento*

Agripa Faria Alexandre

Daniel Ricardo Castelan

*afastamento*

Arlei Luiz Fachinello

Danielle Jacon Ayres Pinto

*afastamento*

Armando de Melo Lisboa

Dominik Hartmann

*Ausente/Justificado*

Brena Paula Magno Fernandez

Eraldo Sérgio Barbosa da Silva

Camila Feix Vidal

Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

Fábio Pádua dos Santos

Cassiano Ricardo Dalberto

Fernando Seabra

*Ausente/Justificado*

Clarissa Franzoi Dri

Francis Carlo Petterini Lourenço

*Ausente/justificado*

Daniel de Santana Vasconcelos

Fred Leite Siqueira Campos

*ausente*

---

Gilson Geraldino Silva Júnior

---

Jaylson Jair da Silveira

---

Graciela de Conti Pagliari

---

João Frois Caldeira

---

Gueibi Peres Souza

---

Juliana Lyra Viggiano Barroso

*afastamento*

---

Guilherme de Oliveira

---

Karine de Souza Silva

*ausente*

---

Guilherme Valle Moura

---

Klaus Guimarães Dalgaard

---

Helberte João França Almeida

---

Lauro Francisco Mattei

---

Helton Ricardo Ouriques

---

Liana Bohn

*afastamento*

*Ausente*

---

Iara Costa Leite

---

Jaime César Coelho

*Ausente/justificado*

*afastamento*

---

Marcelo Arend

---

Márcio Moraes Rutkoski



*ausente*

---

Pablo Felipe Bittencourt

*afastamento*

---

Patricia Fonseca Ferreira Arienti

---

Pedro Luiz Paolino Chaim

*afastamento*

---

Roberto Meurer

*ausente*

---

Ronivaldo Steingraber

---

Solange Regina Marin

*Ausente/justificado*

---

Valdir Alvim da Silva

---

Wagner Leal Arienti

*ausente*

---

Marco Antonio Siqueira Rodrigues

---

Marcos Alves Valente

---

Marialice de Moraes

---

Maurício Simiano Nunes

*afastamento*

---

Michele Romanello

*afastamento*

---

Milton Biage

---

Mónica Salomón González

---

Nildo Domingos Ouriques

Representantes do CALE:

	<i>ausente</i>
Joana Lara Fernandes Feller (Titular)	Julia Lucena Picolli (Suplente)
	<i>ausente</i>
Julia Coan Bez Bat (Titular)	Tiago Dextré da Silva (Suplente)
<i>ausente</i>	
Marcos Rafael Hoffmann (Titular)	Joao Vitor Mello Porcher (Suplente)
	<i>ausente</i>
Rafael Nicolo Serra Ferreira (Titular)	Laura Jorge de Oliveira (Suplente)
	<i>ausente</i>
Pedro Coelho Losso (Titular)	Vinicius Cibulski Munaro (Suplente)
	<i>ausente</i>
Leticia Schiavo Beckedorf (Titular)	Amanda Sobral de Almeida (Suplente)

Representantes do CARI:

*ausente*

*ausente*

---

Stephany Zuqui Biava (Titular)

---

Mariana Costa Monteiro (Suplente)

*ausente*

---

Gustavo Bianchini Vermohlen (Titular)

---

Marcos Vinicius dos Santos (Suplente)